

# APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ “QUILOMBOS, TERRITORIALIDADES E SABERES EMANCIPATÓRIOS”

Volume 1: Currículo, estratégias políticas e práticas pedagógicas na Educação  
Escolar Quilombola.

**Givânia Maria da Silva<sup>1</sup>**

*Doutora em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil*

**Gessiane Ambrosio Nazario<sup>2</sup>**

*Doutora em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil*

## INTRODUÇÃO

Este Dossiê é fruto de pesquisas e trabalhos realizados por pesquisadoras e pesquisadores de diferentes regiões do país sobre o tema *quilombos*, com especial atenção à educação neste primeiro volume. A presente obra leva o nome da área científica de Estudos de Quilombos, da Associação Brasileira de Pesquisadoras e Pesquisadores Negros/as. Optamos por manter o nome da área neste Dossiê por entendermos que ele sintetiza o cerne das pesquisas e estudos desenvolvidos a partir dos inúmeros territórios quilombolas no Brasil. A publicação também é especial por ser a primeira da área científica da ABPN sobre pesquisas na temática quilombola.

Os estudos e análises demonstram uma série de estratégias de resistência que culminam na demanda e orquestração de direitos para garantir a existência e a continuidade dessa diversidade de modos de viver e seus consequentes conhecimentos produzidos a partir do compartilhamento entre gerações. No primeiro volume desta série de publicações, optamos pelo tema **Educação**, por se

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Membro co-fundadora e integrante da coordenação da coordenação do Coletivo de Educação da Conaq. Conselheira do CNE e Diretora das Áreas científicas da ABPN (2024-2026). | E-mail: [givaniaconceicao@gmail.com](mailto:givaniaconceicao@gmail.com) | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5051165750709968> | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5094-2715>

<sup>2</sup> Pós-doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Educação pela UFRJ. Membro da Coordenação do Coletivo de Educação da Conaq. | E-mail: [gessiane.ambrosio@gmail.com](mailto:gessiane.ambrosio@gmail.com) | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9026694135300954> | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5472-8107>

tratar de uma ferramenta fundamental para o fortalecimento das identidades quilombolas e para a produção de uma consciência histórica que possibilite a compreensão e a continuidade dos direitos territoriais. As abordagens teóricas e metodológicas dos textos deste dossiê não são homogêneas, mas convergem com o objetivo político de fortalecer a Educação Escolar Quilombola no nosso país.

Contamos, também, com a contribuição acadêmica de pesquisadoras/es quilombolas neste Dossiê. Isso é fundamental para nós, pois são elas/es que traduzem à linguagem acadêmica a multiplicidade de agências construídas a partir de seus territórios quando conectam suas trajetórias de vida com a produção de conhecimentos científicos, o que contribui para enriquecer o campo e fortalecer a diversidade na academia. Esperamos que os trabalhos aqui presentes contribuam com a área de estudos sobre Educação Escolar Quilombola no Brasil.

Em meados do primeiro semestre de 2024, ao conferirmos o volume de submissões realizadas ao nosso Dossiê, qual foi a nossa surpresa ao nos depararmos com a quantidade de mais de 80 artigos. Tal constatação nos deixou muito apreensivas sobre se conseguiríamos ou não ler e organizar tantos artigos, somadas às nossas demandas de trabalho. Com fé, coragem e no nosso ritmo, fomos, aos poucos, encaminhando às/aos pareceristas, devolvendo às/aos autores e processando os devidos ajustes. Passado o susto com o número de submissões, começamos a refletir o que esses altos números tinham a nos revelar de imediato: constatamos que a efervescência de trabalhos na área de quilombos revela o crescimento e relevância do tema no cenário acadêmico. Essa produção do conhecimento não pode ser dissociada das pessoas quilombolas e seus anseios por emancipação.

As pesquisas, quando bem realizadas, fortalecem as nossas demandas por direitos. As ciências sociais não são neutras; a/o pesquisadora/or participa do universo que estuda, não há separação rígida entre sujeito e objeto de conhecimento, sendo essa mesma dicotomia imperialista, colonizadora, racista, artificial e imprópria dentro de uma perspectiva crítica. A própria pesquisa se realiza em cenários de interação e interlocução, e os sujeitos não são reservatórios de dados à espera do/a cientista social. O conhecimento é produzido através de diálogos intersubjetivos e negociações inesgotáveis, nas quais os sujeitos atribuem

significados e investem interesses em um pacto, nem sempre explícito, com a/o pesquisadora ou pesquisador. Todavia, não podemos confundir pesquisa engajada com falta de postura metodológica e abandono da assertividade em prol de uma visão empirista ingênua que não beneficia uma pesquisa social e politicamente responsável com as demandas e as lutas, as condições concretas de existência, reexistência e resistência dos grupos e comunidades com os quais nos envolvemos nos nossos estudos.

Quando nós, quilombolas, nos posicionamos na condição de pesquisadoras/es de nossa própria realidade, precisamos nos apropriar dos recursos epistemológicos da ciência para produzirmos conhecimento sobre a nossa realidade. A branquitude acadêmica é um tipo de posicionamento que considera pesquisadoras/es quilombolas como desprovidas/os da capacidade de uma postura crítica de sua realidade. Emoção e razão, subjetividade e objetividade, *agência* e pensamento crítico não se excluem nem se opõem na construção do conhecimento.

Nestes volumes, mostraremos o quanto autoras/es e pareceristas quilombolas e não quilombolas se dedicaram seriamente na construção de pareceres que mostraram a qualidade dos artigos que foram aprovados, seguindo o rigor acadêmico dos textos.

A seguir, apresentamos as contribuições deste Dossiê:

**Laércio Farias da Costa e Wilma de Nazaré Baía** realizam uma análise, a partir de uma pesquisa de tese de doutorado, de como as noções sobre quilombos aparecem no Documento Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Pará (DCEIEF) para entender como é abordada a educação quilombola e as questões étnico-raciais neste documento, comparando-o às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ).

A pesquisa aponta que, apesar de o DCEIEF reconhecer a importância da cultura quilombola, ele o faz de maneira superficial. A análise do documento mostra que termos como "quilombo", "racial" e "África" aparecem de forma limitada e, muitas vezes, em contextos que reforçam estereótipos.

O texto argumenta que a estrutura do currículo do Pará, influenciada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dilui o debate sobre as especificidades das comunidades quilombolas. A representação da história e cultura afrodescendente no documento é vista como incompleta, reduzindo a complexidade da identidade quilombola a um "lugar exótico e folclorizado". Isso compromete a formação da identidade das crianças quilombolas, que se veem em um currículo que não reflete a sua realidade.

O estudo conclui que o DCEIEF, embora siga a legislação federal, falha em atender plenamente às orientações das DCNEEQ. A forma como o currículo aborda as questões étnico-raciais e a cultura quilombola não promove uma discussão profunda, o que pode contribuir para a perpetuação do racismo e a desvalorização da identidade desses grupos.

As autoras **Carla Fernanda Galvão Pereira, Carolina dos Anjos de Borba e Maria Isabel Farias**, ao apresentarem um panorama da situação de conflito enfrentada pela comunidade João Surá, localizada em Adrianópolis, no Estado do Paraná, e suas estratégias de enfrentamento aos avanços do agronegócio em seu território, mostram a importância de uma educação escolar que, desde a infância, possibilite à criança a construção de suas identidades quilombolas e valorize suas histórias de luta e as trajetórias de lutas de seus ancestrais. Ao desenvolverem a análise sobre as infâncias e o direito a se desenvolverem em um ambiente seguro, argumentam sobre a importância de se garantir a qualidade do ensino escolar tanto do ponto de vista da estrutura física quanto do curricular, pois a qualidade do ensino também se atesta quando este respeita os modos de vida de seu grupo social, nesse caso, "quilombolas de João Surá". Para que este objetivo seja cumprido, as autoras argumentam que o diálogo com a comunidade precisa estar presente na construção dos documentos normativos, especialmente as matrizes curriculares e os Projetos Políticos Pedagógicos. Esta ação é parte do que orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

**Bethânia Cypriano da Silva e Lucas Machado** apresentam a luta da comunidade pela permanência no território e pelo acesso à educação de qualidade. Assim como em diversos territórios quilombolas, o espaço para escolarização das crianças surge a partir de iniciativas de pessoas da própria comunidade que cedem

um espaço de suas casas para que se tenha uma escola. Mesmo carecendo de exemplos mais descritivos sobre como acontece o processo de intervenção religiosa nas práticas pedagógicas da escola pesquisada, observamos o quanto o fundamentalismo religioso tem sido um fator impeditivo para a realização de um currículo quilombola, tendo em vista os equívocos presentes nas ideias dos/das docentes baseados no senso comum que atribui a identidade quilombola exclusivamente às religiões de matriz africana, não considerando a historicidade das identidades quilombolas vinculadas ao território em questão. A laicidade também é um pressuposto a ser seguido nas escolas públicas quilombolas. A partir do texto, podemos ver pequenos, mas importantes, avanços na escola mencionada, como uma estrutura física razoável, um espaço para horta e a inclusão de disciplinas que dialoguem com a história da comunidade no currículo.

**Diogo Pereira Matos e Amanda Carolina Costa Silveira** apresentam reflexões realizadas a partir de um projeto de extensão desenvolvido em uma escola municipal localizada dentro da Comunidade Quilombola Currallinho dos Paulas (Resende Costa/MG). O projeto foi uma parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) - campus São João del-Rei, a Comunidade Currallinho dos Paulas e a Secretaria Municipal de Educação.

Argumentam que é possível buscar outras formas de fortalecimento da identidade negra e quilombola e fortalecer o projeto de educação antirracista por meio da prática da contação de histórias. Tais práticas foram centradas em literatura afro-brasileira, ou seja, de autoria negra com protagonistas negros/as, além de jogos e brincadeiras. Os contos de origem africana trabalhados no projeto, embora apresentados de maneira essencializada, surtiram efeito positivo ao trazer para as docentes envolvidas no projeto e, sobretudo, para as crianças, outras literaturas com referência étnico-racial, pois a questão estética também é política e importante para desconstruir preconceitos e estereótipos sobre a figura da pessoa negra. Somada à contação de histórias, foi trabalhado, também, a valorização das culturas das comunidades quilombolas da região à qual o projeto está vinculado através de músicas e danças específicas das comunidades. O trabalho é interessante para observarmos a importância da extensão universitária para

aproximar a sociedade da academia, visto que tanto as crianças quanto as professoras da escola adquiriram uma formação ímpar, bem como as bolsistas tiveram a oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre as comunidades quilombolas envolvidas.

**Gessiane Nazario e Lucimar Rosa Dias** apresentam uma recente reflexão sobre o cenário literário infantil brasileiro: a Literatura Infantil Quilombola, que se origina da escrita de pessoas quilombolas. A intenção das autoras é ampliar o papel da literatura infantil brasileira em relação aos sujeitos quilombolas. O estudo aponta que, embora ainda existam poucas obras na categoria, elas são importantes e estão alinhadas às Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola. Dessa forma, as autoras veem a literatura infantil como um espaço a ser disputado por autores/as quilombolas, pois também defendem que a literatura seja vista como um direito: um direito à diversidade, de se ver representado/a, e de ter as histórias de seus avós retiradas do silêncio.

**Shirley Aparecida de Miranda, Débora Rodrigues de Azevedo e Andréia Martins da Cunha** discutem, a partir de dados de uma pesquisa de mestrado, a *agência* de mulheres professoras do quilombo em questão na busca por uma educação de qualidade no território. Foram as memórias e trajetórias destas professoras que possibilitaram traçar uma genealogia do quilombo. Das percepções sobre a comunidade estudadas pelas autoras destacamos as trajetórias das professoras quilombolas em associar as suas formações às suas práticas docentes como parte de um processo permanente de educação no território. As autoras também destacam aspectos em comum com outras comunidades, como a cessão de terreno de uma ancestral da Comunidade, chamada de Naná Bahia, para a construção da primeira escola pública da comunidade.

Também está destacada a barreira da distância que a comunidade enfrentou para concluir os estudos. Ao destacar a atuação das mulheres que se formaram professoras, ressaltam que essas professoras vincularam suas práticas docentes a outras práticas sociais no quilombo. É importante observar a luta das professoras para se qualificarem e aperfeiçoarem suas práticas docentes sem incentivos das instituições municipais ou estaduais. O objetivo de ampliar e melhorar a qualidade do ensino na comunidade é o que as autoras nos mostram no decorrer do texto, por

meio de entrevistas, análises e descrições das experiências escolares das diferentes gerações. As autoras afirmam que a carreira das professoras de Pinhões não pode ser vista dissociada das gerações anteriores e a escola é tomada como um importante trabalho da comunidade. As autoras também atestam que a escola funciona como um mecanismo social de ascensão para as pessoas da comunidade. As professoras quilombolas de Pinhões reforçam a narrativa de que a luta pela escolarização de qualidade nos territórios quilombolas antecede e inspira as legislações sancionadas para a efetivação da Educação escolar quilombola. São experiências como essas que compõem os significados para esta educação.

**Fernanda Lopes Rodrigues, Carlos Benedito Rodrigues da Silva, Acildo Leite da Silva, Ângelo Rodrigo Bianchini e Maria do Carmo Alves da Cruz** apresentam a experiência do Curso de Aperfeiçoamento profissionais que atuam na EEQ, do Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão - COLUN/UFMA. No artigo, contextualizam historicamente o conceito de comunidades quilombolas para entender a situação do Maranhão. Apresentam uma breve reflexão sobre as legislações na área da educação destinadas à população quilombola até culminar na PNEERQ, atual política do Ministério da Educação.

Mais um exemplo da importância da parceria da universidade com a sociedade civil para promover e qualificar a produção do conhecimento, com ênfase no diálogo entre as comunidades quilombolas e pesquisadores. Tal investida é crucial para o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. A partir dessa experiência, os autores contribuem com uma metodologia de formação de professores que pode ser inspiradora para outros lugares. Além da organização dos conteúdos, os autores falam da importância de se ter uma estrutura que englobe o movimento quilombola de maneira que esteja presente e articulado para cobrar as mudanças.

**Leônidas Pixuna e José Sena** apresentam uma breve análise sobre como o racismo institucional se apresenta na comunidade quilombola Joana Peres, município de Baião, PA, a partir dos mecanismos de apagamento das histórias de luta na história oficial do município, por meio da descaracterização do território mediante o avanço de projetos extrativistas, construção de hidrelétrica e precarização do acesso da comunidade à educação.

Ao analisar as experiências de apagamento de memória no contexto escolar da comunidade, demonstram que esse silenciamento é reproduzido principalmente nos livros didáticos que não mencionam a história da comunidade quilombola, tampouco das pessoas importantes na história da comunidade. Outro fator importante que os autores pontuam é o quanto esses indicadores racistas afetam a vida das mulheres da comunidade que, em alguns casos, negociam sua força de trabalho em troca de casa e comida para facilitar seus acessos aos estudos. Neste artigo, vemos mais uma vez a importância da formação docente destinada às comunidades que priorizem o diálogo com as pessoas da própria comunidade para que não sejam reverberados estereótipos e outras ideias que contribuam para o silenciamento das memórias de luta da comunidade, mas sim contribuam para a compreensão, fortalecimento e ampliação dos direitos quilombolas naquele contexto de luta.

**Luiz Marcos de França Dias e Elson Alves da Silva**, professores e pesquisadores quilombolas com destacada atuação no movimento nacional por meio do Coletivo de Educação da Conaq, oferecem uma importante contribuição a respeito da experiência de suas comunidades, situadas no Vale do Ribeira, Eldorado, SP, na organização em torno de reivindicações de direitos ligados à efetivação da educação escolar em seus territórios e articulação de seus conhecimentos sobre agricultura aprendidos ao longo de suas vidas no território em que vivem. Também destacam a questão para problemas estruturais que interferem na qualidade da educação, mostrando que esse problema ocorre de maneira geracional, denunciam o racismo das instituições contra os seus territórios.

**Edinéia Tavares Lopes, Lívia Jéssica Messias de Almeida, Jéssica Araujo dos Santos, Maílson Acácio dos Santos Melo, Magno de Oliveira Barros, Daniela Barreto do Sacramento** nos apresentam uma análise comparativa dos dados do censo escolar no estado de Sergipe frente às demandas reivindicadas pelas comunidades quilombolas daquele estado. As/Os autores argumentam que, embora exista uma discrepância entre o que os dados consideram como escola quilombola – aquelas localizadas em território quilombola – e a realidade destas escolas, reconhecem a importância de se ter essas escolas cadastradas no censo para que as crianças e jovens dessas comunidades acessem políticas públicas na área da

educação, mas existe o grande desafio de que as escolas desempenhem essa empreitada.

Nesse sentido, destacam a fala de uma importante liderança, Xifronese dos Santos, da comunidade quilombola de Caraíbas, durante evento estadual de Educação Escolar Quilombola no Sergipe, que sintetiza o que podemos chamar de uma revolução na educação brasileira ocasionada pela demanda das quilombolas no cenário nacional, que ela chama de “o segundo marco legal do Brasil que vão orientar todas as escolas.” (p.238)

**Márcia Nascimento**, professora e pesquisadora quilombola, apresenta a construção e desenvolvimento da política de gestão territorial em sua comunidade e como o corpo docente da escola do território, composto exclusivamente por quilombolas, articula o currículo escolar a esta legislação. A Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas, em Salgueiro, PE, à qual a autora pertence, é pioneira em organizar um currículo escolar centrado na história de sua comunidade. Neste texto, Márcia nos revela um pouco de como elas e eles, de Conceição das Crioulas, organizam suas estratégias de luta pela garantia do Direito ao território, nos comprovando que o direito ao território e o direito à educação são indissociáveis na questão quilombola.

**Maria Eugênia R. Ferreira e Laura Amato** relatam uma pesquisa sobre a Educação Escolar Quilombola na comunidade Apepu, em São Miguel do Iguacu, Paraná. O trabalho analisa como a legislação brasileira sobre o tema, desde a Constituição de 1988 até a Política Nacional de Equidade de 2024, se aplica à realidade local, destacando a complexidade de se realizar pesquisas com essas comunidades e a evolução do conceito de "quilombo". A pesquisa enfrentou burocracia para entrevistar órgãos públicos e só conseguiu colher depoimentos dos quilombolas após meses de tentativas.

O texto ressalta que, apesar de o Paraná ter uma história de invisibilidade da população negra, o Quilombo do Apepu foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, em 2006. O acesso à comunidade é difícil devido a uma precária estrada de terra, o que impacta diretamente o acesso à educação dos moradores. O artigo conclui que, embora a legislação educacional tenha evoluído ao longo dos anos para incluir a história e cultura afro-brasileira, a implementação dessas diretrizes é um

desafio. O estudo busca destacar os moradores do Apepu e suas experiências, mostrando o entrelaçamento entre a questão fundiária e a educação na questão quilombola.

**Wagner Leite Viana, Janaina Barros Silva Viana, Gil Amâncio, Gilmara Souza e Evandro Passos** apresentam a experiência de um módulo de formação para professores e membros de comunidades quilombolas, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 2018. O curso, chamado "Afirmando Direitos: Educação Escolar Quilombola", focou em Diásporas, Performatividades e Conhecimentos Quilombolas. Com o objetivo de questionar e desconstruir a visão eurocêntrica do currículo escolar, foram construídas estratégias pedagógicas a partir da produção e transmissão de saberes dentro das próprias comunidades, desafiando a visão tradicional e eurocêntrica do currículo escolar.

O texto argumenta que a arte afrodiaspórica não é apenas estética, mas um elemento vital que expressa as conexões sociais, políticas e espirituais das comunidades. A pesquisa propõe que as/os educadoras/es, desta área, atuem como "professoras/es-artistas", valorizando as referências culturais e os saberes locais para criar uma "educação contracolonial". Tais ações são importantes para desconstruir a invisibilidade e o folclore atribuídos aos conhecimentos quilombolas pela escola tradicional. O artigo defende que a educação nos territórios quilombolas deve observar a integralidade do processo formativo ao reconhecer o corpo como um território de aprendizado e que a linguagem deve ir além da norma padrão, incorporando os saberes ancestrais e as diversas formas de expressão cultural.

**Ivalda Kimberlly Santos Portela e Bruno Otávio de Lacerda Abraão** analisam o **Projeto Político Pedagógico (PPP)** de uma escola quilombola em Caravelas, no extremo sul da Bahia. O objetivo é verificar se o documento está alinhado com as diretrizes da Educação Escolar Quilombola e as leis que promovem as relações étnico-raciais. A pesquisa é qualitativa e documental, baseada no PPP da escola, em normas educacionais da Bahia e na Lei 10.639/03.

O texto destaca a importância do PPP como um documento que reflete a identidade da escola e suas práticas pedagógicas. Levanta a hipótese de que, mesmo com a existência de leis específicas, a implementação efetiva dessas políticas no currículo ainda enfrenta desafios. As/Os autores argumentam que as

escolas quilombolas precisam adaptar suas práticas para garantir que a ancestralidade e a cultura local não sejam invisibilizadas.

O estudo também aborda a comunidade de Volta Miúda, na qual a escola está localizada, sobrevive por meio da monocultura de eucalipto e convive com a falta de titulação das terras e o racismo religioso que afeta a aceitação de religiões de matriz africana. Um aspecto importante defendido no artigo é que a Educação Física Escolar deve ir além da esportivização, incorporando “práticas corporais ancestrais” para fortalecer a identidade das/os alunas/os. Essas práticas, segundo as/os autoras/es, seriam as expressões e manifestações culturais presentes em cada comunidade. As/Os autores concluem que, apesar dos avanços legais, as políticas educacionais e as práticas pedagógicas precisam ser revistas e adaptadas para garantir que a educação escolar quilombola seja efetivamente implementada.

**Camila Daniel** analisa as “pedagogias contracoloniais” desenvolvidas na comunidade quilombola Boa Esperança, em Areal, Rio de Janeiro. A pesquisa se baseia em um estudo de caso e em uma metodologia participativa, explora como a comunidade, em parceria com intelectuais negros, constrói e compartilha saberes, desafiando a visão acadêmica tradicional e hierárquica. O texto destaca o quilombo como um espaço de produção de conhecimento. Sendo assim, os sentidos da “pedagogia contracolonial” neste território devem considerar os conhecimentos que são produzidos neste território específico como: a capoeira e a produção de rapadura.

A autora destaca de maneira crítica algumas noções presentes no senso comum e reproduzidas por educadores/as, como a ideia de “perda de identidade”. Tal noção deve ser combatida, pois carrega uma conotação negativa, sobretudo quando anunciada por pessoas de fora da comunidade — principalmente brancas. Esta ideia culpabiliza as pessoas quilombolas, ao mesmo tempo que silencia as violências materiais e simbólicas perpetradas contra as comunidades quilombolas no Brasil. Tais ideias precisam ser combatidas, pois colocam em dúvida a capacidade das pessoas da comunidade de se gerir e se organizar de acordo com seus próprios critérios, muitas vezes questionando se Boa Esperança é um “quilombo de verdade” e desconsideram suas estratégias para sobreviverem no território.

**Shirley Pimentel de Souza, Naita Aparecida Nunes de Lima, Simone Nunes de Souza Rodrigues** elaboram uma reflexão a partir de seus lugares sociais enquanto docentes, mães e pesquisadoras durante o período pandêmico. Neste estudo, são analisados os impactos da pandemia no espaço escolar do território *Velho Chico*. Para além dos aspectos negativos, como fechamento de escolas e demissões de professoras, as autoras põem foco nas estratégias de ensino e aprendizado criadas em conjunto pelas docentes e com a participação das famílias, que culminaram na produção de atividades lúdicas criativas desenvolvidas pelas crianças junto a seus familiares.

Para as autoras, o envolvimento das famílias na produção dessas atividades ocasionou a ampliação da noção de pertencimento e a importância de se valorizar suas identidades quilombolas. Longe de romantizar o período catastrófico que foi a pandemia, as autoras explicam que a pandemia de COVID-19 afetou profundamente a alfabetização e o aprendizado, e suas consequências ainda são sentidas por alunos, professores e famílias. A falta de condições adequadas para a recuperação dessas perdas torna difícil reverter a situação.

No entanto, em meio a essa adversidade, surgem soluções criativas e colaborativas para o ensino. Apesar da falta de investimento público e do descaso institucional, professoras/es e famílias continuam a desenvolver práticas educativas que valorizam a dignidade e o futuro de suas comunidades.

**Márcia Cristina Américo e Viviane Marinho** iniciam seu texto, ou como elas mesmas descrevem, “iniciam a sua prosa”, remetendo a uma prática de louvação, prática situada em algumas culturas da África Ocidental que consiste em elogiar uma pessoa no sentido de enchê-la de palavras boas, pois acredita-se que quando se fala bem dela e do “quanto é grande aquilo que ela faz, a pessoa louvada se endireita, se estica, cresce; o rosto se alarga e o seu olhar fica diferente. Por outro lado, quando se humilha uma pessoa, ela se encolhe” (p.414) Ao entrelaçar esta tradição com as práticas da Educação Escolar Quilombola, entendemos o quanto é importante para uma criança ouvir falar bem de quem ela é, ouvir falar bem sobre a história de seu povo, pois tais atitudes contribuem para o processo de formação das subjetividades das crianças ao ser capaz de “transformar as emoções em bem-estar físico e altivez na postura corporal e fisionômica” (p.414)

Sendo assim, no desenvolvimento das práticas pedagógicas em seus territórios quilombolas percebemos a preocupação em construir didáticas alinhadas aos objetivos do Movimento Quilombola, através das legislações conquistadas pelas/os próprias/os quilombolas. Estas legislações (Lei 10.639/03 e a Resolução nº 8, de 20 de Novembro de 2012, do CNE) possibilitam que as professoras construam práticas pedagógicas a partir dos conhecimentos do senhor Ditão, sobre plantar e colher, assim como conferir protagonismo a outros mais velhos e lideranças de suas comunidades. As autoras possibilitam uma notória e importante inspiração, articulando as trajetórias e conhecimentos dos mais velhos aos outros conteúdos escolares, tornando ainda mais potentes as práticas de leitura, oralidade e escrita na escola da comunidade.

**Juliana Pacheco de Oliveira** desenvolve uma análise sobre a produção de materiais didáticos centrados na história da comunidade. A partir dos dados de sua dissertação de Mestrado, na qual realizou observação participante em sua atuação enquanto coordenadora de Educação Escolar Quilombola na Secretaria de Educação de São Pedro da Aldeia, RJ, a partir de 2021. Esta experiência lhe possibilitou refletir a partir de diferentes posições, os desafios de implementação da EEQ em São Pedro da Aldeia, RJ. A autora apresenta a importância das professoras conhecerem a história da comunidade em que trabalham para produzirem material didático. O texto mostra que, embora as formações oferecidas pela Semed sobre a EEQ, as professoras sentiam dificuldades para transformar o conhecimento adquirido nas formações em material didático adequado aos diferentes anos escolares. Este entrave a inspirou a criar um site com materiais que pudessem facilitar a compreensão das professoras sobre como produzirem suas atividades pedagógicas a partir da história da comunidade da Caveira. Dessa forma, a autora nos mostra a importância de se produzir materiais com foco nas biografias dos mais velhos, pois elas dão nome e rosto a fatos que se contextualizam com a história local e a história do Brasil. Nessas biografias, são priorizadas narrativas que conferem o devido protagonismo a mulheres como dona Rosa Geralda da Silveira, uma importante liderança na luta pela terra no quilombo da Caveira.

## CONCLUSÃO

Apresentados os trabalhos, observamos que a educação quilombola é um campo de batalha simbólico e material que revela agentes (indivíduos, instituições, grupos) em disputa pelo seu sentido e controle. Neste campo de disputas, constatamos as professoras e lideranças quilombolas enfrentando o sistema e abrindo caminhos por meio de legislações que garantam o seu pleno funcionamento, como concursos públicos e processos seletivos específicos para quilombolas. As/Os autoras/es quilombolas, presentes neste artigo são importantes referenciais teóricos na discussão sobre Educação Escolar Quilombola. Algumas/uns atuantes no Coletivo Nacional de Educação da Conaq.

Este fato destaca a importância desta publicação para dar visibilidade à produção acadêmica de nossas/os irmãs/os quilombolas. Neste campo de disputas, temos, de um lado, as quilombolas reivindicando um direito à escolarização de qualidade e, do outro, instituições estruturalmente racistas que substancialmente agravam os obstáculos para se alcançar este objetivo de emancipação dos quilombolas por meio do acesso à educação.

Concluindo esta etapa do dossiê, também destacamos a importância da PNEERQ (Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola/ Portaria Mec nº 470, de 14 de Maio de 2024), que contou com a participação de professoras quilombolas de todas as regiões do país, ao trazer para o cenário educacional brasileiro a possibilidade de comprometimento dos entes federados em garantir a equidade étnica e racial nas escolas. Os trabalhos também revelam a luta por autonomia, o desafio à hegemonia do conhecimento acadêmico tradicional, a importância da identidade e da memória como armas de resistência e a constante necessidade de ação política para que os direitos conquistados em lei se tornem realidade na vida das comunidades.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos editores da Revista ABPN por apoiarem esse projeto, em especial à Renata Rosa de Melo e ao Yure Gonçalves da Silva. Ao Prof. Dr. Alan Brito por ter nos ajudado a entender o sistema da revista. A todas as autoras e autores que enviaram seus textos com suas pesquisas. Aos avaliadores e avaliadoras que realizaram pareceres e qualificaram ainda mais o nosso Dossiê. Às nossas mestras, mestres e ancestrais que nos abriram os caminhos.